



## “SOBRE BURROS E VEADOS”: POSIÇÕES DISCURSIVAS CONTRADITÓRIAS

Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)

**RESUMO:** Neste estudo analisa-se a matéria jornalística “Sobre burros e veados”, assinada por Helder Caldeira. Essa matéria circulou na mídia, no primeiro semestre de 2011, por ocasião da ruidosa polêmica em torno do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído gratuitamente pelo Ministério de Educação aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Além do caso do livro didático, a matéria comenta também o caso de um panfleto batizado derrisoriamente de *Kit Anti-Gay*, ambos protagonizados pela “classe política” naquele momento da história brasileira e transformados em fatos noticiosos pela mídia. Como linguista, não se pôde deixar de observar, já no primeiro contato com o texto, que, ao se referir aos “burros”, o enunciador assume uma posição purista, e, aos “veados”, uma posição pluralista. A percepção dessa discrepância nos gestos de interpretação de um caso e outro motivou a realização deste estudo que se teceu com fios da análise de discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** análise de discurso, interdiscurso, discursos sobre língua, discursos sobre sexualidade

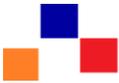
## “ABOUT DONKEYS AND DEERS”: CONTRADICTORY DISCURSIVE POSITIONS

**ABSTRACT:** In this study the newspaper article *Sobre burros e veados*<sup>1</sup>(About donkeys and deers) signed by Helder Caldeira is analysed. The article circulated in the media in the first part of 2011 at the time of the raging controversy surrounding the Portuguese language textbook *Por uma vida melhor* (For a better life), distributed freely by the Ministry of Education to the youth and adult students who did not complete education at the right age. In addition to the textbook case, the article discusses also the case of a pamphlet named ludicously Kit Anti-Gay, both cases acted out by the political class in that moment of the Brazilian history and transformed into news facts by the media. As a linguist, one could not help notice at the first contact with the text that by using the term “donkeys” the enunciator takes on a purist position and by referring to “deers” takes on a pluralist position. The perception of this discrepancy in the gestures of interpretation of one case and another motivated the development of this study that was weaved with the thread of the discourse analysis.

**KEYWORDS:** discourse analysis, interdiscourse, discourses on languages, discourses on sexuality

---

<sup>1</sup> “Burros” in Brazilian Portuguese refers to the animal “donkey” but is also used to refer to people as stupid; “veados” refers to the animal “deer” but is also a pejorative word for gay men.



## Introdução

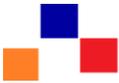
“Sobre burros e veados” é o título de uma matéria assinada por Helder Caldeira (HC) que circulou na mídia, no primeiro semestre de 2011, por ocasião da ruidosa polêmica em torno do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Ministério de Educação, mais precisamente pelo Programa Nacional do Livro Didático (MEC/PNLD), aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A polêmica começou a ser fermentada no mês de maio, quando, no programa matinal *Bom Dia Brasil* da Rede Globo, o jornalista Alexandre Garcia noticiou, em tom de reprovação, que o MEC estava financiando livros didáticos que fomentavam o uso do “português errado”. Instalava-se aí um acontecimento discursivo que iria render uma farta safra de matérias assinadas por jornalistas, colunistas, políticos, escritores, linguistas, professores de português, dentre outros, instigados ou convidados pela imprensa a se manifestar sobre a questão em pauta. Particularmente a matéria que dá nome a este ensaio chama a atenção pelo fato de acionar ideologias e discursos contraditórios na significação de dois casos protagonizados pela “classe política” à época: o caso do livro didático mencionado anteriormente e o caso do panfleto batizado derrisoriamente de *Kit Anti-Gay*, ambos transformados em fatos noticiosos pela mídia. Enfim, a matéria lamenta os supostos desatinos da classe política brasileira na compreensão e condução desses dois casos, evocando seu enunciador o *ethos* do brasileiro indignado, uma vez que tais “barbaridades” teriam sido custeadas com dinheiro público. Não se pôde deixar de observar, já no primeiro contato com o texto, que, ao se referir aos “burros”, o enunciador assume uma posição purista em matéria de língua, e, aos “veados”, uma posição pluralista em relação à sexualidade. É essa visível discrepância nos gestos de interpretação de um caso e outro o mote deste estudo que se tece com os fios da análise de discurso francesa, apoiado, sobremaneira, nos conceitos do campo semântico do interdiscurso como: interincompreensão, polêmica, tradução e simulacro.



## 1. O obscurantismo linguístico do senso comum

Linguista algum, que pensa e age efetivamente como linguista, conseguiu ficar indiferente à batalha de interpretações desencadeada pelo episódio do livro didático *Por uma vida melhor*, em 2011. Enquanto a polêmica vigia, um volumoso arquivo de matérias divulgadas pela mídia impressa, televisiva ou *online* se formava, sugerindo várias vias de pesquisa. Em Baronas e Cox (2012), tal arquivo foi perscrutado com o propósito de mostrar que a extração de fragmentos, ou melhor, o destacamento de alguns enunciados do livro didático potencializa a produção e a circulação de simulacros na esfera midiática, cenário onde grassa a ideologia purista que alimenta e é alimentada por uma vulgata do discurso da tradição gramatical. Constatou-se que o próprio processo de destacamento constitui um simulacro, na medida em que apaga aquilo que poderia colocar sob suspeita a interpretação que a mídia faz da concepção outra de língua assumida pelos autores do livro didático. O destaque constitui, pois, um simulacro primeiro com potencial para fazer proliferar e circular copiosamente outros simulacros.

O pomo da discórdia é a posição que os enunciadores-autores do livro assumem em relação às normas de concordância verbal e nominal. Eles partem do princípio de que as normas de concordância são variáveis e não categóricas como postula a gramática normativa. Assumindo essa posição, buscam ensinar a norma padrão do português como *uma* das muitas normas da língua e não como **a** norma que deve substituir todas as outras, à guisa de correção. Em resumo, eles apresentam a proposta didático-pedagógica de trabalho com a concordância verbal e nominal interpelados pelo discurso linguístico, aqui referido como Discurso Linguístico do Múltiplo (DLM). O DLM constituiu-se no solo da linguística moderna, nutrido principalmente pelas disciplinas e teorias científicas que se recusam a extrair a língua de seus condicionantes sociais, históricos, culturais, políticos e ideológicos. A sociolinguística e a dialetologia são suas principais fontes de inspiração. Para tais disciplinas linguísticas, o nome da língua é singular, mas sua existência é sempre *plural*. Assim, o



português transforma-se em *portugueses*, diferentes entre si, todos eles linguística e estruturalmente perfeitos, mas avaliados e hierarquizados segundo a ordenação socioeconômica e política de seus falantes. Os autores do livro didático são enfáticos ao explicitarem o valor da norma culta no mercado de bens simbólicos onde quem usa a norma popular e diz “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, e não “os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”, pode “ser vítima de preconceito linguístico”.

Por assumir que uma língua varia e muda, o DLM afasta-se do Discurso Linguístico do Um (DLU) que se enraíza na longeva tradição gramatical, reafirmando uma espécie de arianismo linguístico, para o que há apenas *um* português puro, genuíno, legítimo, a ser conservado, preservado; o resto é caco, é lixo, é doença, é erro, é crime, é impureza a ser exterminada pelos verdugos que fazem o que fazem em nome da correção, ou melhor, da purificação linguística. O DLU é o discurso dos guardiões da língua. Os nomes de muitas matérias jornalísticas, alguns bastante derrisórios, que circularam na mídia comentando o caso em questão, trazem à tona o que significa falar interpelado pelo DLU: “Os adversários do bom português” (Veja, 25/05/11), “O assassinato da língua portuguesa” (Isto É, 20/05/11), “Fale errado, está certo” (Folha de São Paulo, 20/05/11), “A consagração da ignorância” (Isto É, 20/05/11), “Livros pra inguinorantes” (Jornal do Brasil, 15/05/11), “Inguinorança” (Folha de São Paulo, 15/05/11), “A çituassão está gramática!” (O Globo, 22/05/11), “Sobre burros e veados” (Gazeta de Cuiabá, 17/05/11).

Todos esses nomes subsumem, como pré-construído, que há uma língua portuguesa autêntica, correta, absoluta, incontestável. E é esse pré-construído que leva cada enunciador-articulista a recorrer a palavras com semas negativos para nomear os enunciadores-autores do livro didático e/ou a tese sociolinguística que embasa a sua proposta didático-pedagógica. Se há um “bom português”, quem não o reconhece é seu “adversário”, seu “malfeitor”, seu “assassino”. Vários dos nomes listados no parágrafo anterior revelam uma aliança do DLU com o discurso iluminista que reparte o mundo cultural em ‘civilização’ e ‘barbárie’, respectiva e maniqueistamente significados como ‘o



bem’ e ‘o mal’ em termos absolutos, ignorando todos os conhecimentos produzidos pelas ciências humanas, principalmente pela antropologia e linguística, nos últimos cem anos. O “bom português”, ou seja, a norma padrão, é a língua da civilização, o resto é barbárie, e, como tal, não pode estar na escola, que é lugar de iluminar/civilizar as almas bárbaras, o que justifica a recorrência aos termos “ignorância/ignorantes”, seja em tom sério como “A consagração da ignorância”, seja em tom de escárnio, como “Livros pra inguinorantes”, “Inguinorança” e “A çituassão está gramática!” em que a cacografia e o trocadilho são usados para carregar nas tintas da crítica e condenação da postura alinhada com as ciências linguísticas adotada pelos autores do livro didático, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Também o termo “burros” que figura no título “Sobre burros e veados” remete ao universo semântico da “ignorância”, assim como o termo “veados” evoca, em nossa formação social e ideológica, o universo semântico da “homossexualidade”. Instalando-se, pois, no senso comum, o enunciador recorre às surradas metáforas zoológicas para se referir aos casos do livro didático e do *Kit Anti-Gay*, ambos protagonizados pela “classe política” e com ampla repercussão na mídia. Enfim, a matéria lamenta os supostos desatinos da classe política brasileira na compreensão e condução desses dois casos, assumindo o enunciador um *ethos* de indignação, uma vez que eles envolvem financiamento público, quer dizer, impostos pagos pelos contribuintes brasileiros.

A cada nova leitura do artigo, mais e mais a contradição de posições discursivas quanto a um caso e outro ia se patenteando. Por um lado, o pluralismo tingia a interpretação do caso envolvendo a decisão do STF de reconhecer, para efeitos legais, as relações homoafetivas e a subsequente reação conservadora do deputado Jair Bolsonaro em produzir e distribuir nas escolas, com o apoio da bancada evangélica e católica, o tal *Kit Anti-Gay*. Quer dizer, em matéria de sexualidade, filiava-se o enunciador à ideologia pró-diversidade em franco combate à homofobia. Porém, era o purismo que pautava sua interpretação do caso do “maldito” livro didático. E essa filiação ao purismo

uma vez mais corroborava a queixa frequentemente feita por linguistas acerca da impermeabilidade do senso comum quanto aos conhecimentos produzidos pelas ciências da linguagem desde o início do século XX. Em pleno século XXI, linguistas se dão conta de que um século de ciência da língua não produziu mudança substantiva no pensamento da praça pública sobre a língua. Percebem que sequer conseguiram abalar a concepção equivocada, reinante no discurso purista, que equaciona “língua” a “norma padrão” e “norma padrão” a “gramática”, tripé que fomentou e ainda fomenta o preconceito em relação a toda sorte de alteridade linguística. Linguistas interrogam-se sobre o porquê de as substanciosas evidências empíricas, produzidas por investigações como a realizada pelo Projeto NURC<sup>2</sup>, mostrando que nem mesmo brasileiros com curso superior completo e origem urbana seguem as regras prescritas pela gramática normativa, não conseguirem quebrar a hegemonia do DLU? Por que a norma padrão, apesar de não se encarnar efetivamente na fala de ninguém, é ainda “a norma subjetiva” (LUCCHESI, 2002, p. 65) que norteia a avaliação do desempenho linguístico dos falantes na sociedade brasileira?

É verdade que a bandeira de defesa da língua portuguesa é hoje empunhada não tanto por gramáticos que têm se mostrado permeáveis e sensíveis ao princípio da heterogeneidade inerente a toda língua viva, mas por uma legião de mercadores e comerciantes de lições da “boa língua”, designados em seu conjunto como “comandos paragramaticais” (BAGNO, 2000). No discurso de tais comandos, a norma padrão é caricaturizada, ou seja, transformada num conjunto de dicas, mercantilizadas em espaços vários da mídia e multimídia, mediante a promessa de solução fácil dos problemas daqueles que padecem por acreditar que “não sabem português”. Bagno (2000) é enfático ao apontar o desserviço prestado por eles no que diz respeito à educação linguística do brasileiro. A principal crítica que lhes cabe é a de que, como formadores de opinião por excelência, os comandos paragramaticais

---

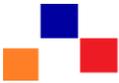
<sup>2</sup> O Projeto NURC (Norma Urbana Culta), envolvendo pesquisadores de diversas universidades, teve início em 1969, com o objetivo de coletar e descrever os padrões reais de uso na comunicação oral adotados pelo estrato social constituído de falantes com escolaridade de nível superior que vivam em capitais brasileiras.



funcionam como perpetuadores do preconceito e da discriminação linguística no âmbito da sociedade brasileira.

Assim, a relação conspícua entre a mídia e tais comandos tem incitado/convocado os pesquisadores a realizar um contra-discurso vigoroso para divulgar as descobertas da linguística que, até então, pouco impacto têm exercido nos discursos sociais sobre a língua. Scherre (1996, p. 37) considera que “com os resultados de que dispomos, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito linguístico. Mais do que isso: temos o dever de nos manifestar”. Faraco (2001, p. 39 e 40) defende a necessidade de alçar “a voz da linguística no campo das batalhas culturais como uma voz pelo menos equipolente com as demais”; de travar, no espaço público, na mídia, “um embate entre os múltiplos discursos que dizem a língua no Brasil”, pois, passado já meio século da introdução oficial da linguística nas universidades brasileiras, ela “permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral”. Possenti (2001, p. 7) afirma que a linguística está no mercado há muito tempo, mas que ela “ainda não se popularizou. A rigor, é como se não existisse”; “é como se não tivesse havido a revolução copernicana nos estudos da linguagem”. Bagno (2002, p. 195) evoca o espectro do Marquês de Pombal para dizer que, “nos últimos anos temos presenciado, no Brasil, um recrudescimento de atitudes de purismo linguístico explícito, que encontram seu lugar privilegiado nos meios de comunicação”. Inúmeros outros linguistas poderiam ser aqui lembrados por suas críticas contundentes à cumplicidade cega entre mídia e purismo linguístico.

Diferentemente do que se passa com a linguística, outras ciências humanas e sociais têm penetrado na esfera da vida cotidiana, produzindo novas formas de significar as diferenças. Por exemplo, com a Psicologia, muita coisa mudou na esfera da educação infantil. Hoje há, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/90) que reconhece os direitos humanos dos menores e a Lei Nº 7.672/14 que proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes na educação das crianças. Graças aos conhecimentos produzidos pela Antropologia, os povos indígenas têm sido ressignificados, têm



deixado de ser vistos como bárbaros, infantis, incultos e como aqueles a quem tudo falta quando definidos pelo contraponto com o padrão ocidental de pensamento. Com o aporte dos Estudos Culturais as chamadas culturas e grupos minoritarizados se reinterpretaram e empoderaram. É o caso dos negros, das mulheres e dos homossexuais, todos eles envolvidos na luta contra o preconceito, a discriminação e a exclusão de direitos garantidos à maioria. A luta desses grupos tem resultado em conquistas no plano legal, como a Lei Nº 9.459/97 que criminaliza “a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”; a Lei Nº 11.340/06 que cria mecanismos para “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”; a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011, reconhecendo a união entre homossexuais como uma entidade familiar legal e assegurando-lhes os mesmos direitos civis dos casais heterossexuais e a Resolução nº 175/13 do Conselho Nacional de Justiça que acaba com a disparidade entre os estados que autorizam o casamento homossexual e os que não autorizam. Contudo, os “jecas” brasileiros ainda continuam párias numa sociedade que concede o direito de voz e destina as funções nobres apenas àqueles cujo capital cultural supostamente inclua o domínio da norma linguística padrão. Não há nenhuma lei que os proteja de serem discriminados no mercado de trabalho e nenhuma “política de inclusão” para aqueles cuja competência comunicativa não inclua o domínio da norma padrão. Trata-se, pois, de uma forma de discriminação completamente naturalizada na vida social.

A matéria explorada nesse estudo – “Sobre burros e veados” – ilustra exemplarmente a impotência da linguística no sentido de provocar mudanças nas formas de interpretar o outro nas interações cotidianas. Comentando uma afirmação desastrada da jornalista Marilena Felinto sobre o sotaque caipira dos paulistas do interior, Possenti (2001) se diz decepcionado com o fato de que uma militante contra o machismo e o racismo assumia uma posição preconceituosa em relação à língua. Nos termos do próprio autor: “o preconceito vindo dos defensores da causa dos classicamente discriminados é dose multiplicada” (POSSENTI, 2001, p. 64). Enfim, apesar de um século de ciência

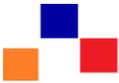


linguística, o obscurantismo purista medieval no modo de conceber as diferentes normas de uma “mesma” língua ainda impera no senso comum.

## 2. “Sobre burros e veados”: gestos contraditórios de leitura

Como referência teórico-metodológica, parte-se da tese do primado do interdiscurso, segundo a qual na gênese de um discurso sempre se encontram outros discursos ou o discurso do Outro. Operacionalizada metodologicamente por meio da tríade conceitual – universo discursivo (todos os discursos de uma dada formação sócio-histórica), campo discursivo (os discursos que se delimitam reciprocamente numa região específica do universo discursivo) e espaço discursivo (discursos que o analista recorta para estudo, por vislumbrá-los como inextricavelmente ligados num dado campo) –, a tese do interdiscurso “faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada” (MAINGUENEAU, 2005, p.22). Um espaço discursivo delimitado pressupõe a coexistência de um Mesmo e de um Outro discurso que se opõem, se constituem, se delimitam, se replicam etc. Isso quer dizer que enunciar de acordo com as regras de um dado discurso implica necessariamente não compreender os enunciados do Outro. Trata-se, pois, a interincompreensão de um processo de interpretação recíproca, em que cada formação discursiva somente “compreenderá” o seu Outro de acordo com seu próprio registro que inclui “os semas ‘positivos’, reivindicados” e “os semas ‘negativos’, rejeitados”. Sobre os enunciados do Outro, projetam-se os semas negativos, pois “para se constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

O autor se refere à interpretação que um discurso realiza de seu Outro como um processo de tradução. Logicamente ele não está pensando em tradução de uma língua para outra, mas sim de um discurso para outro com base nas regras da formação discursiva em que o “eu” se inscreve. Afinal, a opacidade semântica não é um apanágio de línguas distintas; dentro de uma



mesma língua, podem ocorrer zonas de interincompreensão que o senso comum tão precisamente designa como “diálogo de surdos”. Para explicitar esse processo de tradução interdiscursiva, Maingueneau (2005, p. 103) distingue, em relação ao espaço discursivo, o *discurso-agente* (discurso tradutor) do *discurso-paciente* (discurso traduzido). Nesse espaço, o discurso-agente traduz o discurso-paciente por meio dos semas que rejeita. É, certamente, esse processo de tradução que permite que os discursos se preservem na ilusão do fechamento semântico. Cerceados por seu registro, por suas próprias restrições semânticas, por seus lugares de dizer, o discurso-agente não pode “compreender” os sentidos outros que vão contra a sua própria constituição, a não ser pela deformação.

O conceito de interincompreensão é, assim, imprescindível para o tratamento do interdiscurso e da polêmica. Apesar de ser comumente entendida como uma forma de conflito “perceptível” na superfície linguística, marcada por controvérsias explícitas, a polêmica pode se configurar como *dialogismo constitutivo*, equivalente ao próprio interdiscurso. Daí Maingueneau (2005, p. 112) distinguir dois níveis: o nível *dialógico* (heterogeneidade constitutiva) e o *propriamente polêmico* (heterogeneidade constitutiva mostrada). No nível dialógico, os discursos se relacionam constantemente, imbricam-se sem que haja citação aparente, ou seja, sem heterogeneidade mostrada na superfície linguística. Já no nível propriamente polêmico, a heterogeneidade, as dissensões, as oposições, as controvérsias que são constitutivas emergem na superfície linguística. Um discurso envolvido em uma polêmica poderá se referir ao seu Outro de forma clara, usando expressões variadas: agressivas, mal intencionadas, derrisórias, irônicas, intrigantes, ameaçadoras etc., mas todas essas expressões serão desferidas pelo Mesmo a partir de um simulacro do Outro. A polêmica é uma “espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal” (MAINGUENEAU, 2005, p. 113). Assim concebida, a polêmica deixa de ser pensada como um conflito originário do exterior que se agrega a um discurso por direito auto-suficiente e passa a ser pensada como



inerente às suas condições de possibilidade. Em síntese, “a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual é capturada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 22).

Retomando o texto analisado neste estudo, visualiza-se um espaço constituído por discursos do campo do gênero e sexualidade e do campo da língua. Recorrendo à frase equivocadamente atribuída a Charles de Gaulle “O Brasil não é um país sério”<sup>3</sup>, o enunciador que fala na matéria aqui analisada introduz sua crítica à classe política na compreensão da sociedade brasileira, especificamente na condução do que ele denomina “eventos assombrosos”.

O primeiro “evento assombroso”, envolvendo a distribuição do livro didático *Por uma vida melhor* aos estudantes da EJA pelo MEC, é lido por meio de um discurso purista. Por esse viés interpretativo, o caso é denominado como “situação escandalosa” e o MEC, dado como responsável por ela, como “incapaz ou leniente”. Nas sequências discursivas (SDs) seguintes, pode-se depreender o funcionamento do interdiscurso como interincompreensão:

SD1. [...] o Ministério da Educação aprovou livros que defendem o desvio das normas gramaticais cultas para a língua portuguesa visando combater o que eles chamaram de “*preconceito linguístico*” (HC).

SD2. O Programa Nacional do Livro Didático do MEC vai distribuir quase 500 mil livros a estudantes do ensino fundamental e médio onde defende o fim da idéia de certo e errado para a língua portuguesa. Segundo a obra, é “*adequado*” quando alguém diz “*os livro*” ou “*as casa*”, incorrendo quem julgar tal erro em “*preconceito linguístico*” (HC).

Nessas SDs, o enunciador, falando interpelado pelo DLU, adere à tese da invariabilidade das normas gramaticais e aceita as regras de concordância como inquestionáveis e passíveis de avaliação pelas categorias unívocas de certo/errado. A assunção de tais pré-construídos lhe autoriza a criticar o MEC por aprovar “livros que defendem o desvio das normas gramaticais cultas para

<sup>3</sup> De Gaulle nunca disse que o Brasil não era um país sério. O autor da frase é o diplomata brasileiro Carlos Alves de Souza Filho, embaixador do Brasil na França entre os anos de 1956 e 1964. Ela teria sido pronunciada por ocasião do entrevisto entre os dois países que ficou conhecido como Guerra da Lagosta (1962).

a língua portuguesa” e por “distribuir [...] livros a estudantes do ensino fundamental e médio onde defende o fim da idéia de certo e errado para a língua portuguesa”. A quem fala interpelado pela ideologia e pelo discurso do purismo linguístico e, conseqüentemente, avalia os usos da língua como “certos” ou “errados”, a ação do MEC de aprovar e distribuir um livro didático orientado por uma visão plural de língua soa uma insanidade, um “assombro”, um “escândalo”, uma “barbaridade”. O enunciador da matéria jornalística resiste a se situar na posição do enunciador do livro didático que busca ensinar a norma culta do português como uma de suas muitas normas e não como a única, estabelecendo um contraste entre o funcionamento da concordância na norma padrão e na popular, provavelmente aquela que os alunos da EJA dominam. Com essa comparação, equipara-se o *status* linguístico de uma e outra norma; não se trata, pois, de comparar o ‘certo’ com o ‘errado’, mas sim diferentes normas: “Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de *maneira diferente*”, diz explicitamente os autores do livro didático numa aproximação descritiva e não prescritiva dos fatos da língua.

Em resumo, o livro apresenta uma proposta didático-pedagógica de trabalho com a concordância verbal e nominal orientada pelo DLM, como se pode observar pela SD3 seguinte:

SD3. Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’.” Claro que pode. *Mas fique atento porque*, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (AGUIAR, C. A. *et alii*. *Por uma vida melhor*. Coleção “Viver, Aprender”. São Paulo: Editora Global, 2011, p. 14-16)

Essa posição é incompreendida por quem se filia ao DLU, como se pode atestar quando se comparam as SD1 e 2 com a SD3. Na SD3, o “preconceito” é mencionado como algo que pode ocorrer quando alguém usa a norma popular numa situação em que se espera o uso da norma culta, em convergência com a



assunção de que toda língua é uma pluralidade de normas correlativas a variáveis contextuais, implicando, portanto, julgamentos sociais de adequado/inadequado e não de certo/errado. Contudo, nas SD1 e 2, há um apagamento da correlação norma/contexto e os termos “adequado” e “preconceito linguístico” passam por um processo de generalização que permite ao enunciador da matéria dizer que “Segundo a obra, é *‘adequado’* quando alguém diz *‘os livro’* ou *‘as casa’*, incorrendo quem julgar tal erro em *‘preconceito linguístico’*”, sem mencionar registro, contexto, modalidade etc. Por esse viés, “adequado” seria um eufemismo para “erro” independentemente do contexto, assim como “caixa dois” foi um eufemismo para “roubo”, na comparação presente na SD4:

SD4. O livro, assinado por 14 professores, argumenta que há a necessidade de uma educação plural que respeite as diferentes práticas de comunicação existentes na língua portuguesa. No entanto, há um raciocínio lulístico no assunto. Faz lembrar quando o ex-presidente veio a público em 2005 para defender os companheiros envolvidos no escândalo do mensalão e disse, direto da mesma França de De Gaulle, que *“não era roubo, era caixa dois e que não era crime, porque todo mundo fazia isso”*. Assim como, na época, ficou tudo por isso mesmo e Lula alcançou os píncaros de aprovação popular, desta vez é muito provável que essa barbaridade com nossa gramática tenha o mesmo destino, afinal, o Ministério da Educação já lavou as mãos quanto suas responsabilidades. É bom para nossa politicagem que o povo continue burro (HC).

Na SD4, aparentemente, o enunciador se mostra disposto a compreender a proposta subjacente ao livro didático, de realizar “uma educação plural que respeite as diferentes práticas de comunicação existentes na língua portuguesa”. Contudo, no enunciado seguinte, introduzido pelo conector adversativo “no entanto”, ele muda seu trajeto interpretativo, recorrendo ao que ele chama de “raciocínio lulístico”, que consiste em ser leniente com o “erro de gramática” como Lula foi leniente com um certo tipo de crime – o financiamento não declarado das campanhas eleitorais. Por ocasião do escândalo do mensalão, o presidente saiu em defesa de seus companheiros de partido dizendo que se tratava de “caixa dois”, que “não era crime porque todo mundo fazia isso”.

Indignado, o enunciador acredita que se nada aconteceu com o Lula por ele ter eufemizado o crime do mensalão por meio da instituição do “caixa dois”, nada acontecerá com aqueles que eufemizaram o “erro gramatical” e que fizeram “essa barbaridade com nossa gramática”. Conclui seu raciocínio, apelando para a teoria conspiratória de cunho iluminista segundo a qual “É bom para nossa politicagem que o povo continue burro”. Vale ressaltar que muitas matérias que criticaram o tal livro didático não perderam a chance de mais uma vez zombar do lulês, cujos “erros” gramaticais foram transformados em objeto de maldizer pela mídia contemporânea. Enfim, nas SDs aqui analisadas, há um embate entre o DLU e o DLM. Como o discurso agente é realizado por um enunciador filiado ao DLU, o DLM se torna alvo de uma avaliação disfórica (FIORIN, 1989), de uma avaliação negativa que desqualifica quem adere a ele, no caso em questão o MEC/PNLD, como “incapaz”, “leniente”, “irresponsável”, por investir dinheiro público para financiar livros que barbarizam “nossa gramática”. Ao dizer “nossa gramática”, o enunciador, filiando-se ao DLU, se inclui entre aqueles que veem a gramática como inquestionável, como universal, como sendo o código de toda a língua portuguesa e não apenas da norma padrão.

Já o segundo “evento assombroso” envolvendo a classe política, comentado pelo enunciador-articulista, refere-se à produção e distribuição na rede escolar de um panfleto batizado como *Kit Anti-Gay*, interpretado como uma “reação escalafobética” do deputado federal Jair Bolsonaro, com apoio das bancadas católica e evangélica, ao reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Evidentemente, ao nomear tal evento como “assombroso” (espantoso, horripilante) e a reação do deputado que o encabeçou como “escalafobética” (maljeitosa, desaprumada), o enunciador avalia de modo negativo aqueles que resistem e reagem contra a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Com essa avaliação, reafirma sua posição favorável ao Discurso da Sexualidade Múltipla (DSM) e contrária ao Discurso da Sexualidade Una (DSU), enraizada na tradição judaico-cristã que só abona a união civil heterossexual. O DSM projeta uma convivência entre as pessoas sem



hierarquias, preconceitos, discriminações e proibições motivadas pela orientação sexual, defendendo o respeito à diversidade nas relações sociais, culturais, afetivas e civis. Paradoxalmente, o enunciador execra o MEC porque adota um livro didático filiado ao DLM e não ao DLU e condena os deputados das bancadas católica e evangélica porque se filiam ao DSU e não ao DSM.

Na SD5, a seguir, ele chega mesmo a invocar o DLM (“Paradoxalmente à essa concepção de pluralidade cidadã na Educação...”), que ele renega ao comentar o caso do livro didático, para defender sua posição liberal em relação à sexualidade:

SD5. Paradoxalmente à essa concepção de pluralidade cidadã na Educação, o Poder Legislativo está financiando – também com dinheiro público – a incitação à violência ao permitir a produção e a distribuição nas escolas de um panfleto que recebeu a alcunha de “*Kit Anti-Gay*”, diretamente relacionado ao deputado federal Jair Bolsonaro, com apoio das bancadas católica e evangélica. Ou seja, os nossos digníssimos deputados estão chancelando o massacre público de todos aqueles julgados pecadores por suas escolhas e instintos na vida privada. Para essas figuras “*notáveis*”, um homem que ama outro homem é um pecador criminoso, enquanto um homem que mata outro por preconceito deve ser quase um mártir. Matem os veados, em suma (HC). (*sic*)

Na SD5, em consonância com o DSM, o enunciador sobe o tom para expressar sua indignação diante da chancela do panfleto, pelo poder legislativo, que desqualifica as relações homoafetivas, incitando à violência – ao “massacre público” – contra aqueles que se desviam dos padrões do DSU. A classe política é referida por meio de sintagmas como “os nossos digníssimos deputados” e “essas figuras ‘notáveis’”, em que os adjetivos “digníssimos” e “notáveis” irônica e sarcasticamente significam o contrário de seu sentido habitual; são críticas e não elogios. Interincompreendendo o DSU, o enunciador, interpelado pelo DSM, produz simulacros da fala dos deputados, afirmando que para eles “um homem que ama outro homem é um pecador criminoso, enquanto um homem que mata outro por preconceito deve ser quase um mártir”. Enfatiza a aliança que o DSU mantém com a religião e a lei e que autoriza a interpretação do homossexual como “pecador” e “criminoso”, justificando, inclusive, a

atribuição ao outro, aos deputados homofóbicos, de uma ordem hiperbólica que impõe a purificação das práticas sexuais por meio de uma sentença de morte: “Matem os veados”.

Na SD6, a seguir, observam-se posições discursivas contraditórias na significação da unidade e diversidade relativas à língua e à sexualidade:

SD6. Confesso minha profunda descrença nessa turma. É inadmissível que o Governo Federal e o Congresso Nacional estejam confirmando a máxima de que a ignorância do povo é boa para a manutenção de poder e, portanto, quanto mais enterrado no atoleiro estiver o brasileiro, melhor será para os poucos porcos que chafurdam no mar de dinheiro que o povo despeja diariamente nos cofres públicos através da maior carga tributária do planeta. Eu estou pagando, você está pagando, todos nós estamos pagando para que esses safados de terno e gravata continuem assinando as sentenças do nosso degrado enquanto povo, enquanto nação. Pluralidade virou codinome para curral eleitoral. Respeito tem data de validade e só pode ser consumido em período eleitoral. E dignidade e cidadania são medidas pelo seu potencial de arrebanhar votos e fiéis (HC).

Na SD6, fala o contribuinte indignado e descrente das decisões do Governo Federal e do Congresso Nacional (“Eu estou pagando, você está pagando, todos nós estamos pagando...”). Novamente entra em cena a teoria conspiratória de que “a ignorância do povo é boa para a manutenção do poder” e novamente a classe política, responsável pela conspiração, é referida discursivamente por meio de simulacros. A classe política é, primeiro, referida como “essa turma”, que, nesse caso, não se trata de uma coletividade unida para o bem do povo brasileiro e sim de uma coletividade que trama contra ele e assina a sentença de seu degrado, financiada pelo dinheiro público. Nesse enunciado, “essa turma” é parente semântica de “quadrilha”. Depois a classe política é referida como “porcos que chafurdam no mar de dinheiro que o povo despeja diariamente nos cofres públicos”. “Porcos” são animais associados a sujeira e lama e, nesse texto, metaforizam a podridão e a corrupção do Estado. Finalmente, a classe política é referida como “esses safados de terno e gravata”, numa alusão à impunidade em relação aos crimes do colarinho branco, cometidos na esfera dos poderes executivo e legislativo.



Nos três últimos períodos dessa SD, o enunciador lamenta, redundantemente, que a pluralidade, em se tratando da orientação sexual diversa da abonada pelo DSU, seja apenas uma bandeira içada em campanhas eleitorais:

Pluralidade virou codinome para curral eleitoral.  
Respeito tem data de validade e só pode ser consumido em período eleitoral.  
E dignidade e cidadania são medidas pelo seu potencial de arrebanhar votos e fieis (HC).

Esses três períodos, entretendo uma relação parafrástica intradiscursiva, acentuam a filiação ao DSM, diferentemente do que ocorre com DLM de que o enunciador se afasta. O DSM está, pois, sujeito a uma avaliação eufórica, diversa da avaliação disfórica direcionada ao DLM. No caso do DSM, o enunciador queixa-se de que ele seja, para a classe política, apenas uma farsa eleitoreira e não a realidade; já, no caso do DLM, queixa-se de que ele tenha sido convertido em realidade por meio do aludido livro didático.

Na SD7, a seguir, última do texto aqui analisado, o enunciador volta a comentar os “dois eventos assombrosos” em conjunto, recorrendo, uma vez mais, a categorias semânticas iluministas:

SD7. Nessa toada, estamos construindo uma sociedade sob signos anacrônicos, solapando o patrimônio cultural da nação – que é o seu idioma, a sua língua – e incitando a violência contra outros cidadãos pelo simples fato de que somos incapazes de conviver em uma sociedade plural e diversa – ou seria o medo pela dimensão extrema da semelhança? Contra tudo que há de avanço e desenvolvimento das relações humanas no mundo, onde há um mínimo de civilidade, nossas “otoridades” estão nos dizendo: *montemos nos burros e matem os veados*. Cruel assim. Ridículo assim. Ignominioso. Que país é esse, minha gente?! Em poucas palavras, estamos vivendo os dias do triunfo da ignorância. E será que isso é comportamento civilizado de país sério? Não, não é. Realmente o Brasil não parece ser um país sério (HC).

Na SD7, a perspectiva iluminista se atualiza por meio de contrastes como “signos anacrônicos”/“avanço e desenvolvimento”, “violência”/“civilidade” e “triunfo da ignorância”/“comportamento civilizado”. Quando aplicadas à

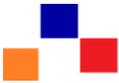
avaliação do caso do livro didático, as categorias negativas – anacronismo, violência e ignorância – são projetadas sobre o DLM, responsabilizado pelo enunciador por abalar as bases da nação que é “o seu idioma, a sua língua”. Quer dizer, em se tratando da língua portuguesa, o polilinguismo é o mal; o monolinguismo, o bem. A multiplicidade, segundo esse viés interpretativo disfórico, anda de mãos dadas com a burrice, daí o imperativo “montemos nos burros”, supostamente imputado à classe política, responsabilizada pela manutenção do povo na ignorância. Já quando aplicadas à avaliação do caso do *Kit Anti-Gay*, tais categorias negativas são projetadas sobre o DSU, responsabilizado por incitar “a violência contra outros cidadãos pelo simples fato de que somos incapazes de conviver em uma sociedade plural e diversa”. Relativamente à sexualidade, a pluralidade é o bem; a injunção de que a heterossexualidade é a única forma permitida de viver a sexualidade, o mal. A multiplicidade, segundo esse viés interpretativo eufórico, pode evitar práticas homofóbicas que desemboquem no imperativo “matemos os veados”, palavra de ordem atribuída aos deputados e às bancadas favoráveis à distribuição do *Kit Anti-gay*.

Por se filiar ao DLM e ao DSU, posicionamentos não abonados pelo enunciador, os políticos são referidos por meio do simulacro “*otoridades*”, em que a variante cacografada de “autoridades” funciona derrisoriamente na retomada anafórica dos responsáveis pelos “eventos assombrosos” comentados na matéria. A forma “*otoridades*” intensifica o processo de desqualificação do outro, na medida em que inscreve no próprio significante as vozes da cultura oral anacrônica, da fala popular não domesticada pela escrita e na medida em que violenta as convenções ortográficas. É, sobremaneira, uma crítica endereçada ao MEC pela sua posição pró DLM. Para manter-se afastado da “forma errada” e não correr o risco de ser dado como seu autor, o enunciador recorre à modalização autonímica. Conforme Authier (2004), na modalização autonímica, o enunciador mostra que está duplicando suas palavras – como uso pelo seu próprio discurso e como menção a um discurso outro. A modalização autonímica pode se marcar no fio do discurso por meio de formas gráficas, como



as aspas, o itálico, a caixa alta e a entonação, por meio de construções metaenunciativas integradas e por meio de incisivas. No caso aqui discutido, a modalização é marcada pelo uso em conjunto do itálico e das aspas. As palavras italicizadas e/ou aspeadas constituem um corpo estranho, deslocado, fora de lugar, mantido à distância e não amalgamado ao fio discursivo, implicando, assim, um distanciamento do enunciador, uma atitude metalinguística que o leva a desdobrar-se em dono e juiz das palavras. Conforme Authier (2004), a fala entre aspas é uma fala vigiada, controlada, e não uma fala livre, espontânea, assumida sem reservas. Posicionado à direita do DLU, o enunciador faz uma concessão ao uso do significante “*otoridades*”, desde que o itálico e as aspas, funcionando como modalizadores autonímicos, cumpram a função de estabelecer as fronteiras entre um interior familiar com o qual se identifica e um exterior do qual se quer apartado. Nos termos de Authier (2004, p. 230), “A colocação de aspas supõe a ilusão de palavras ‘suas’ e a manutenção de um exterior ao discurso em função do qual as palavras podem ser avaliadas em sua adequação”.

Identificando-se com o “avanço”, o “desenvolvimento” e a “civildade” em curso nas relações humanas no plano mundial, o enunciador se desidentifica das “*otoridades*” brasileiras que são postas, por ele, a ordenar, em alto e bom som: “montemos nos burros e matemos os veados.”, imperativos associados à mais “cruel” e “ignominiosa” barbárie, muito bem nomeada pelas agressivas e até mesmo chulas metáforas zoológicas “burros” e “veados”, amiúde frequentadas pelo senso comum como xingamento ou forma pejorativa. Os “burros” são aqueles a quem o governo destina livros didáticos que ensinam “português errado”, livros que ensinam que se pode dizer “as casa”, livros que mantêm os alunos-cidadãos na ignorância, condição para que possam manobrados pelos políticos; os “veados” são aqueles que os deputados homofóbicos condenam como doentes, pecadores, pervertidos, imorais e querem curar, salvar, corrigir, moralizar por meio do *Kit Anti-Gay*. Sem dúvida, esse é o ponto culminante do tom incisivo, ácido, perverso, sarcástico, agressivo que o enunciador assume na leitura dos eventos em questão.



O texto é fechado mediante retomada da frase “o Brasil não é um país sério”, com que abra seus comentários. A dobra se faz, então, por meio de uma pergunta “E será que isso é comportamento civilizado de país sério?”, que é automática e categoricamente respondida “Não, não é.”, resposta que é refeita com a inclusão do modalizador “parece” – “Realmente o Brasil não parece ser um país sério” – que atenua um pouco sua afirmação/visão/avaliação negativa das “otoridades” do país que vivem “os dias do triunfo da ignorância”. Na opinião do enunciador, um país que distribui a seus alunos livros que ensinam que falar “os livro” e “as casa” é certo e que permite que deputados publiquem um panfleto anti-gay, tudo financiado com dinheiro público, não pode ser mesmo um país sério. A malversação do dinheiro público é uma tônica nessa e nas inúmeras outras matérias do arquivo relativo à celeuma em torno do livro didático *Por uma vida melhor*.

Refletindo sobre o percurso interpretativo até então realizado, constata-se que o princípio da multiplicidade (também designado como princípio da pluralidade ou da diversidade) é significado contraditoriamente pelo enunciador. Ora é avaliado disforicamente, ora euforicamente. No enredamento interdiscursivo acionado pelo texto em questão, o enunciador revela incompreender a posição assumida pelo MEC/PNLD, ao dizer sim ao DLM, bem como a posição assumida por deputados confessionais, ao dizerem sim ao DSU.

O DSU incita à homofobia e, em decorrência, à prática de discriminação e de atos violentos contra membros da comunidade gay, frequentemente noticiados pela mídia. O DLU também alimenta o preconceito, a discriminação e gera exclusão, mas tudo se passa como se esse tipo de violência simbólica fosse natural, fosse o que tem de ser, fosse o inevitável. Ninguém se mostra indignado diante do fato de que quem diz “nóis vai” seja preterido em favor de quem diz “nós vamos”.



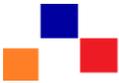
Na contemporaneidade têm-se insistido no lema de que “ser diferente é normal”<sup>4</sup>. Ressalte-se, contudo, que esse lema não tem sido aplicado à diferença linguística. Todos os dias vêem-se casos invisibilizados de discriminação e até exclusão social motivada pelo uso de normas que não a canônica, escrita e conservada nos códigos gramaticais que funcionam como uma espécie de Bíblia ou Constituição da Língua. Por exemplo, no dia 1º de abril de 2013, a revista *Época* Nº. 775, na seção Vida, publicou uma entrevista do colunista Bruno Astuto com Airton Gontow, criador de um *site* de encontros – o Coroa Metade – para pessoas maduras. O entrevistador dirigiu ao entrevistado uma pergunta sobre as exigências dos clientes e obteve a seguinte resposta:

**ÉPOCA** – Quais as principais exigências dos clientes?

**Airton Gontow** – Nosso público é classe A e B. Exige muito mais nível cultural que social. *Quem comete muitos erros de português é facilmente descartado*. Outra exigência grande é que o parceiro não fume. Sessenta por cento dos cadastros são mulheres. Elas são menos envergonhadas do que nós e normalmente reclamam que é complicado achar homens que queiram algo sério com uma mulher que tenha dois filhos já criados (*Época* Nº. 775, p. 76, 1º de abril de 2013). (Grifos da autora do artigo)

Evidentemente a resposta dada pelo entrevistado nomeia um caso de discriminação e exclusão gerada pelo modo como a diferença linguística é significada. Nem mesmo o amor, dito “cego, surdo e burro”, é cego, surdo e burro o suficiente para não ver/ouvir os “erros de português” dos candidatos aos relacionamentos afetivos. Segundo Airton Gontow, o público classe A e B que frequenta o *site* Coroa Metade não tolera “erros de português” porque se preocupa mais com “o nível cultural que social”. Sem entrar na discussão se é possível ou não separar “cultural” de “social”, a expressão “nível cultural”, tal como empregada nessa declaração, refere-se à cultura letrada e não à cultura no sentido antropológico, que é sempre significada como “culturas”, no plural. Por esse viés, a fala caipira ou popular, por exemplo, não seria dita uma cultura,

<sup>4</sup> Há até uma campanha social, protagonizada por Gilberto e Preta Gil, pai e filha respectivamente, que tem por lema “ser diferente é normal”. Pode ser acessada pelo site <http://serdiferenteenormal.org.br/>



mas sim uma não-cultura, ou seja, seria a barbárie. Para esse público refinado, “os erros de português” representam uma ameaça à face; o domínio da “boa língua” faz parte do pacote da boa apresentação de si.

Entre as exigências, o criador do *site* menciona, além de não cometer erros de português, não fumar e também a dificuldade que as mulheres com “filhos já criados” têm para arrumar parceiros para relacionamentos sérios. O que chama a atenção na página em que a entrevista é publicada é a ênfase dada à frase “*Quem comete muitos erros de português é facilmente descartado*”, que é destacada do texto para funcionar como lide, uma espécie de resumo sucinto do assunto essencial da matéria. Os editores da revista poderiam ter escolhido anunciar a matéria por outros lides como: “Uma exigência grande é que o parceiro não fume” ou “Filhos já criados afastam homens que queiram relacionamentos sérios” ou mesmo outros que realçassem aspectos diversos da entrevista que apareceram nas respostas às demais questões feitas ao entrevistado. Contudo, escolheram destacar essa frase que, ao ser apresentada em primeiro lugar na lista das três exigências, de uma certa forma, já se anunciava como destacável. Colocando-a em primeiro lugar, o enunciador sobreassevera tal frase, ou seja, realiza uma operação de destaque “que abre a possibilidade de uma saída do texto, de uma destextualização” (MAINGUENEAU, 2010, p. 11). E é o que efetivamente acontece: a frase é destextualizada para figurar como lide da matéria, o que lhe confere um peso maior em relação às outras exigências. É também a exigência que a mídia, o principal veículo atual do DLU, aprova. Se nos sites de relacionamento acontece isso, imagine o que se passa com a população de empregáveis do país! Quantos candidatos não são expurgados das filas de emprego para as chamadas funções nobres e realocados nas filas do chamado trabalho braçal, porque “cometem erros de português”! Aliás, o próprio verbo “cometer” já produz o efeito de sentido de infração de normas tidas como inquestionáveis, neutralizando, assim, seu caráter discriminatório e excludente. Enfim, como afirmara Milroy (1998, apud BAGNO, 2000, p. 45), “Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último



bastião da discriminação social explícita continuará a ser o uso da língua por alguém”.

### Considerações finais

A pergunta inevitável é: por que “não” ao princípio da diversidade na avaliação do livro didático e por que “sim”, na avaliação do *Kit Anti-Gay*? Por que o enunciador é ultramoderno quando significa a diversidade sexual, mas é arcaico quando significa a diversidade linguística? O que falta à mídia e à praça pública para que desnaturalizem o DLU e consigam compreender que toda língua é várias línguas e que um falante pode desenvolver uma competência linguística complexa que inclua diferentes normas de uma mesma língua a serem usadas em diferentes situações? O que falta fazer para que compreendam que nós linguistas não estamos incentivando o não ensino da norma padrão, que estamos tão somente defendendo seu ensino pela escola como **uma** das normas e não como **toda** a língua? O que falta fazer para que o ensino-aprendizagem da norma padrão do português seja entendido como soma e não como subtração/negação de um saber linguístico desenvolvido desde o colo da mãe?

Nós linguistas temos frequentado os meios de comunicação, escrevendo matérias e falando em programas de entrevista, para divulgar a visão científica da língua com que nos identificamos, mas isso não tem sido o bastante para abalar a hegemonia do DLU na esfera do senso comum. Ainda não chegamos ao ponto de sairmos às ruas, defendendo a diversidade linguística, como fazem as mulheres para combater a discriminação machista ou como fazem os negros para combater a discriminação racial ou como fazem os homossexuais para combater a discriminação heterossexual ou como fazem os índios para combater a discriminação perpetrada pelos colonizadores ocidentais. Já até brigamos por políticas linguísticas públicas mais inclusivas, mas ainda não nos empenhamos em aprovar uma lei que criminalizasse e penalizasse o

preconceito e a discriminação linguística, como têm feito as mulheres, os negros, os homossexuais, os índios etc.

Não se acredita que os instrumentos legais sejam suficientes para coibir o preconceito e a discriminação machista, racial, heterossexual e ocidental, mas, ao menos, os desencorajam, na medida em que os tornam passíveis de criminalização e penalização. Por exemplo, diante da Lei Nº 9.459, quem se arriscaria a escolher como lide de uma matéria jornalística uma frase como “Mulheres negras são facilmente descartadas”. As leis que defendem os direitos das minorias não têm o poder de mudar o ponto de vista da sociedade do dia para a noite, mas, a longo prazo, elas podem carrear transformações, pois forçam os preconceituosos, ainda que por injunções legais, a levar em conta a posição do outro, inibindo a possibilidade de o Discurso do Um ser exercido de modo fundamentalista e totalitário, à luz do dia. Afinal, como afirma Clastres (1978, p. 120), ao ler o mito guarani da “terra sem mal”,

Mas onde se enraíza essa imperfeição que ataca os homens *e que nós não desejamos*. Ela provém do fato de que “*as coisas em sua totalidade são uma*” [...] Um: é o nome do Imperfeito. Em suma, resumindo a virulenta concisão de seu discurso, o que diz o pensamento guarani? Ele diz que o Um é o Mal (CLASTRES, 1978, p. 120).

E nós, o que *não* desejamos? Não desejamos o Um que sufoca as línguas outras, várias, que, explodindo as fronteiras da norma padrão, fluem com a vida da gente brasileira. Não desejamos o Um que esteriliza a vida das línguas...

## Referências

AGUIAR, C. A. *et alii*. **Por uma vida melhor**. Coleção “Viver, Aprender”. São Paulo: Editora Global, 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARONAS, R. L. e COX, M. I. P. A circulação de enunciados destacados na mídia e a produção pletórica de simulacros. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 15, n. 3 (esp.), p. 13-38, 2012.



BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: Marcos Bagno (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 179-199.

CALDEIRA, H. **Sobre burros e veados**. Acesso em maio de 2011. Disponível no *site* <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=79936>.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

FARACO, C. A. Guerra em torno das línguas – questões de política linguística. In: Carlos Alberto Faraco (org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001, p. 37-48.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Ed. Contexto/EDUSP, 1989.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: Marcos Bagno (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-92.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Doze conceitos em análise de discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MILROY, J. Mith 8: Children can't speak or write properly any more. In: Bauer, L. & Trudgill, P. (orgs.) **Language Myths**. London: Penguin Books, 1998.

POSSENTI, S. **A cor da língua e outras crônicas de linguista**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

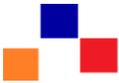
SCHERRE, M. Variação linguística, mídia e preconceito linguístico. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n.16, p. 17-27, 1996.

Recebido em 25/09/2014.

Aceito em 16/12/2014.

### **Maria Inês Pagliarini Cox**

É mestre em Linguística pela UFSC e doutora em Educação pela UNICAMP; professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso desde 1978; professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT desde sua criação em 2003, exercendo as atividades de pesquisadora e orientadora na linha de pesquisa “Práticas textuais e



discursivas: múltiplas abordagens”. Atualmente, seus estudos e publicações têm se voltado para discursos sobre línguas em espaços e tempos vários.  
E-mail: minescox@hotmail.com

## Anexo

### Sobre burros e veados (Helder Caldeira)

Em tempos não tão distantes, recorri à uma famosa citação do ex-presidente francês Charles de Gaulle quando afirmou que *“o Brasil não é um país sério”*. E parece não ser mesmo. Dois eventos assombrosos recentes dão a exata conta dos rumos que a classe política está dando à compreensão da sociedade brasileira. O primeiro deles diz da reação escalafobética do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) à decisão unânime do Supremo Tribunal Federal de reconhecer, perante a Justiça, os direitos das uniões homoafetivas em território nacional após duas décadas de leniência, desrespeito e omissão declarada do Poder Legislativo. O segundo revela que o Ministério da Educação aprovou livros que defendem o desvio das normas gramaticais cultas para a língua portuguesa visando combater o que eles chamaram de *“preconceito linguístico”*.

Quando o Ministério de Estado da Educação se exime da tarefa de analisar os livros didáticos que serão por ele produzidos e distribuídos em massa no Brasil – utilizando dinheiro público, portanto nosso – está aqui declarando oficialmente que é incapaz ou leniente com uma de suas funções primárias enquanto gestor público da área. A situação escandalosa colocada em pauta nesta semana é emblemática. O Programa Nacional do Livro Didático do MEC vai distribuir quase 500 mil livros a estudantes do ensino fundamental e médio onde defende o fim da idéia de certo e errado para a língua portuguesa. Segundo a obra, é *“adequado”* quando alguém diz *“os livro”* ou *“as casa”*, incorrendo quem julgar tal erro em *“preconceito linguístico”*.

O livro, assinado por 14 professores, argumenta que há a necessidade de uma educação plural que respeite as diferentes práticas de comunicação existentes na língua portuguesa. No entanto, há um raciocínio lulístico no assunto. Faz lembrar quando o ex-presidente veio a público em 2005 para defender os companheiros envolvidos no escândalo do mensalão e disse, direto da mesma França de De Gaulle, que *“não era roubo, era caixa dois e que não era crime, porque todo mundo fazia isso”*. Assim como, na época, ficou tudo por isso mesmo e Lula alcançou os píncaros de aprovação popular, desta vez é muito provável que essa barbaridade com nossa gramática tenha o mesmo destino, afinal, o Ministério da Educação já lavou as mãos quanto suas responsabilidades. É bom para nossa politicagem que o povo continue burro.

Paradoxalmente à essa concepção de pluralidade cidadã na Educação, o Poder Legislativo está financiando – também com dinheiro público – a incitação à violência ao permitir a produção e a distribuição nas escolas de um panfleto



que recebeu a alcunha de “*Kit Anti-Gay*”, diretamente relacionado ao deputado federal Jair Bolsonaro, com apoio das bancadas católica e evangélica. Ou seja, os nossos digníssimos deputados estão chancelando o massacre público de todos aqueles julgados pecadores por suas escolhas e instintos na vida privada. Para essas figuras “*notáveis*”, um homem que ama outro homem é um pecador criminoso, enquanto um homem que mata outro por preconceito deve ser quase um mártir. Matem os veados, em suma.

Confesso minha profunda descrença nessa turma. É inadmissível que o Governo Federal e o Congresso Nacional estejam confirmando a máxima de que a ignorância do povo é boa para a manutenção de poder e, portanto, quanto mais enterrado no atoleiro estiver o brasileiro, melhor será para os poucos porcos que chafurdam no mar de dinheiro que o povo despeja diariamente nos cofres públicos através da maior carga tributária do planeta. Eu estou pagando, você está pagando, todos nós estamos pagando para que esses safados de terno e gravata continuem assinando as sentenças do nosso degredo enquanto povo, enquanto nação. Pluralidade virou codinome para curral eleitoral. Respeito tem data de validade e só pode ser consumido em período eleitoral. E dignidade e cidadania são medidas pelo seu potencial de arrebanhar votos e fiéis.

Nessa toada, estamos construindo uma sociedade sob signos anacrônicos, solapando o patrimônio cultural da nação – que é o seu idioma, a sua língua – e incitando a violência contra outros cidadãos pelo simples fato de que somos incapazes de conviver em uma sociedade plural e diversa – ou seria o medo pela dimensão extrema da semelhança? Contra tudo que há de avanço e desenvolvimento das relações humanas no mundo, onde há um mínimo de civilidade, nossas “*otoridades*” estão nos dizendo: montemos nos burros e matem os veados. Cruel assim. Ridículo assim. Ignominioso. Que país é esse, minha gente?! Em poucas palavras, estamos vivendo os dias do triunfo da ignorância. E será que isso é comportamento civilizado de país sério? Não, não é. Realmente o Brasil não parece ser um país sério.

Fonte: <http://www.gentedeopiniaio.com.br/lerConteudo.php?news=79936>